

Deputado alega arbitrariedade

Ontem à tarde, em seu apartamento, ainda nervoso, João Alves se queixou da violência policial e duvidou da sanidade mental do presidente da CPI do Orçamento. "Passarinho está perdendo o equilíbrio", afirmou. "Ele me conhece há mais de 30 anos e conhece a minha dignidade". A raiva do parlamentar baiano se voltou principalmente contra a agente Márcia, responsável pelo setor de segurança da PF regional e integrante da equipe policial escalada para a operação. Além de reclamar da violência da policial, Alves a acusou de ter adulterado alguns documentos para comprometê-lo.

"Ela veio recomendada por alguém para cometer arbitrariedade, entrou aqui metendo os pés na porta e revirando colchões, como se eu fosse o bandido da luz vermelha", reclamou o parlamentar. "Além disso, essa moça pegou uma lista com nomes de pessoas e escreveu com lápis ao lado de cada um a palavra "doleiro", isso é ilegal". O deputado, acusado de comandar a máfia do Orçamento, isentou os demais policiais dessas acusações, incluindo os dois delegados que chefiavam a equipe. Segundo ele, a polícia teria apreendido documento sem nenhum valor. "É tudo arquivo morto, do tempo em que eu era relator da Comissão de Orçamento em 1990 e 1991", disse.

"Ele iria fazer o balanço de final de ano aqui em casa, agora está desempregado por conta dessa ação violenta e inominável", protestou. Sempre insistindo que a PF levou documentos sem valor, o deputado explicou que o disquete apreendido contém toda a sua movimentação bancária já conhecida e divulgada pela CPI. "Não posso mais aguentar esse massacre, me ajudem por favor", apelou o parlamentar, que na CPI justificou sua riqueza à ajuda de Deus por ter acertado mais de 200 jogos lotéricos, nos quais aplicou mais de 30 milhões de dólares para ganhar apenas 10 milhões, conforme levantamento da CPI.

Os documentos apreendidos na casa de João Alves complicam ainda mais a situação do parlamentar. A papelada revela sua ligação com as empreiteiras, através de emendas patrocinadas por Onofre Vaz e Luiz Arruda, da Servaz, e por Cláudio Mello, Construtora Norberto Odebrecht, como o contorno da BR-163 em Campo Grande, além do lobista Meireles, da Queiroz Galvão.